

# MUSEUS UNIVERSITÁRIOS: UMA POLÍTICA PARA ESTES LUGARES DE CONHECIMENTO

UNIVERSITY MUSEUMS: A POLICY FOR THESE PLACES OF KNOWLEDGE

**Francisca Ferreira  
Michelon**

*Editora temática.  
Professora Associada  
do Departamento de  
Museologia, Conservação  
e Restauro do Instituto  
de Ciências Humanas  
da Universidade Federal  
de Pelotas. Doutora em  
História pela PUCRS.  
E-mail: francisca.  
michelon@ufpel.edu.br*

## RESUMO

O texto, que objetiva circunstanciar o documento conhecido como Carta do Rio Grande, escrito nesta cidade durante o 8o Fórum Estadual de Museus promovido pelo Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, em 2002, apresenta uma breve reflexão sobre a trajetória dos museus universitários. A história, que se refere no texto, tenciona focalizar os museus universitários enquanto aparelhos de difusão do conhecimento, para os quais é imperativo que se tenha especial atenção e tratamento. Os princípios da Carta de Rio Grande, que foram a base da atual política para os museus, podem inspirar ações de fomento para estes lugares que relacionam universidade e sociedade tão diretamente e, se assim desejarem, com generosa criatividade.

**Palavras chave:** Museus. Políticas Públicas. Carta de Rio Grande.

## ABSTRACT

*The text, which aims to give details the document known as The Rio Grande Document, writing in this city during the 8th State Forum Museums sponsored by the State System of the Rio Grande do Sul Museum in 2002, presents a brief reflection on the trajectory of university museums. The story, which refers to the text, will focus on university museums as diffusion apparatus of knowledge, for which it is imperative to pay special attention and treatment. The principles of The Rio Grande Document, which were the basis of the current policy for museums, can inspire development actions for these locations relating university and society as directly and, if they wish, with generous creativity.*

**Key words:** Museums. Public Policies. The Rio Grande Document.

É distante a origem dos museus, nem tão diversa a substância que constitui sua essência, dos seus primórdios ao presente. Pode-se arriscar que ela

seja o conteúdo de memória que se fomenta, guarda, cultua nesses lugares ou a competência que esses têm para propor conhecimentos novos.

Na antiguidade, o museu tinha o seu papel de centro de conhecimento. Tanto na Grécia como na Roma antiga, eram lugares de discussões filosóficas. Na Idade Média, cumpriam funções de reunir os objetos das culturas e, posteriormente, ainda que faltassem aos Gabinetes de Curiosidade ou Quartos de Maravilhas a consciência sobre os elos simbólicos entre as coisas que continham, já se respirava os ventos do conhecimento, trazidos pelos viajantes. Em contínua mudança, o Museu chegou ao Século XIX como centro de ciências, superando o status de exposição de acervo para local de produção de pesquisa, sobretudo no que diz respeito às ciências naturais (SCHWARCZ, 2005, p. 124-125). Antecedendo o advento das universidades, destacam-se, no Brasil, o Museu Nacional no Rio de Janeiro, o Museu Goeldi no Pará e o Museu Paulista (idem, p.127). Uma vez surgidas, as universidades fizeram com que os museus perdessem, aqui, a função de local de pesquisa e de investigação científica, deixando-lhes o atributo de conceber e sustentar o discurso histórico, que se consagra, em especial com a criação, por empenho de Gustavo Barroso, do Museu Nacional, na década de 1930.

Resumindo a extensa trajetória, esta concepção de museu como centro de referência da história oficial, perdurou até os anos 1950, quando despontaram os movimentos folcloristas, portadores de nova perspectiva conceitual. Sobreviriam outras década e, a partir de 1980, eclodiram os museus privados, relacionando outros valores e discursos e, ainda que se mantenham, foram contrapostos, de 1990 em diante, pelo ideário da Nova Museologia, para o qual os elementos centrais são o público e o acesso. Talvez a grande mudança na concepção de museus, tenha se dado com a definição de Sociomuseologia, que relacionou museus e sociedades imbricados na trama do contexto social.

No entanto, quando se refere o Museu Universitário, há uma tendência a considerá-lo como um tipo que emergiu recentemente. O fato consensual é de que este museu pertence e é mantido por uma universidade. Esta tendência se contrapõe à realidade, mais densa, que já desafia a desconsiderar a classificação anterior, incompatível com o que se pode perceber. Se além do lugar onde surge e permanece, o museu universitário pode ser um aparelho à serviço da divulgação científica, então, outros valores devem a ele ser relacionados. Como tema recorrente, também se diz sobre a sua função educacional, não lhe sendo peculiar, já é pertinente a todo o museu. Sob o assunto, considera-se as capacidades do museu universitário para educar o visitante e promover a produção do conhecimento. Na atualidade, além do guardar e ensinar, atribui-se outra função aos museus universitários, a de inovar. Não do mesmo modo como sempre foi, mas dentro de um conceito de inovação que vincula a produção do conhecimento acadêmico com um aproveitamento direto deste pela sociedade. Assim, os museus de ciência e técnica tem sido valorizados, tanto porque cumprem com o papel de “(...) lembrar e ensinar a todos que os caminhos do aprimoramento técnico, do

aumento da produtividade e do melhor desempenho comercial passam pelo aperfeiçoamento do pré-existente.”(FIGUEIRÔA, 2011, P.10).

É elucidativo o exemplo apresentado pelo curador do Museu Nacional de História Natural e Ciências de Tóquio, em um texto no qual discorre sobre o patrimônio técnico-científico de um país cujo processo de industrialização, marcado pela inovação, está diretamente ligado a notabilidade mundial que sua recuperação econômica pós-segunda guerra lhe conferiu. O curador relata como este museu investiu na criação do Centro Japonês de História da Indústria e das Técnicas, cujo principal fim é desenvolver pesquisas sobre os objetos científicos, classificar as evoluções tecnológicas e guardar a memória do processo de industrialização do país (TOSHIO, 2011, p. 184-185). O que se destaca neste exemplo é que o Museu em questão, consolidado por ser o mais antigo museu científico do Japão, destinou um volume de recursos considerável na constituição de um centro de pesquisa, que produz, com primazia, conhecimento sobre o seu acervo bem como meios de difusão deste conhecimento.

Ora, o Museu de História Natural, como um tipo de museu, foi a circunstância responsável pela consolidação das disciplinas científicas (Zoologia, Botânica, Mineralogia, etc...) como bem observa Meneses (2010, p. 17-18), além de ter desenvolvido procedimentos que se mantêm, como a coleta, classificação e princípios da conservação. No entanto, sua grande herança, base do discurso que valida socialmente os museus científicos, é a função de educar o público para a ciência, sobretudo os jovens. Embora o historiador detenha-se no confronto inadequado que a contemporaneidade tem imposto à informação e ao conhecimento, observa como as coleções científicas são repositórios intensos de conhecimentos e de formas de domínio da natureza. São estes, portanto, os valores que reiteradamente motivam os discursos em prol dos museus universitários.

No entanto, inseridos com destaque na trama cultural que os justifica, em pleno crescimento e surgimento, um manto silencioso os oculta, na inexistência de uma política que os enfoque. Cada universidade, no exercício pleno de sua autonomia, decide como tratá-los. É bem verdade que esta decisão só pode ser vista no condicionamento inevitável das palavras da Lei, tanto do Estatuto (Lei 11904/2009) como da Regulamentação (Decreto 8124/2013). Contudo, a margem do não dito e do indefinido é larga, e os contornos da instituição não a protegem da indiferença do seu contexto, quando há. Se os avanços da política dos museus no Brasil são elogiáveis, tal como observa Nascimento em entrevista publicada nesta revista, seria desejável que reverberassem nas especificidades destes potenciais aparelhos difusores de conhecimento técnico-científico. Por que isto não está ocorrendo? Carecem os acadêmicos da compreensão dos valores deste equipamento cultural? Carece a universidade, como instituição, de visão suficiente para ver as largas portas para o conhecimento que podem ter os museus? Ou a sociedade ainda está longe de perceber os benefícios do hábito de ir a esses lugares?

As perguntas afloram quanto mais os museus divergem entre si. No entanto, há mais de 14 anos, um movimento voltado para promover uma política para os museus era escrito durante o 8º Fórum Estadual de Museus, promovido pelo Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS). A carta foi escrita às vésperas da eleição para governador do Estado e para a presidência e pretendia impactar as políticas de cultura, forçando o novo governador a reconhecer a urgência de se tratar dos museus, também dos universitários. Este documento de encerramento do Fórum, que tinha representantes das 7 regiões museológicas e de 12 estados brasileiros, foi entregue aos candidatos e posteriormente publicado no relatório de gestão do SEM/RS, referente ao período de 1999 a 2002. O maior valor do conteúdo foi sua capacidade em prognosticar necessidades.

Optou-se por publicar, a seguir, esta carta e dar ao leitor a oportunidade de conhecer um dos documentos que influenciaram a origem da Política Nacional dos Museus.

## Referências

- FIGUEIRÔA, Sílvia. Prefácio. In BORGES, Maria Eliza Linhares. **Inovações, coleções, museus**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- MENESES, Ulpiano Bezerra. A comunicação/informação no museu: uma revisão de premissas. In **I Seminário Serviços de Informação em Museus**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010, p. 11-21.
- SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. A era dos museus de etnografia no Brasil. In FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argumentum, 2005.
- TOSHIO, Kubota. A preservação do patrimônio científico e técnico no Japão. In BORGES, Maria Eliza Linhares. **Inovações, coleções, museus**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 183-191.

## Legislação

- BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto dos Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União (DOU). Seção 1. p. 1 - 4. 15/01/2009.
- BRASIL. **Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013**. Regulamenta dispositivos da lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o estatuto de museus, e da lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o instituto brasileiro de museus - ibram. Diário Oficial da União (DOU). Seção 1. 18/10/2013.